



DAWSON, Christopher. A divisão da cristandade:
da reforma protestante à era do iluminismo. São Paulo:
É Realizações Editora, 2014. 368p. ISBN 978-85-8033-167-7.

Claudia Danielle Andrade Ritz *

Um exímio e sábio historiador, Christopher Dawson nasceu no dia 12 de outubro de 1889 em Hay-on-Wye, em Brecknockhire, no País de Gales. Graduou-se em história pela Universidade de Oxford, e também estudou Economia e Teologia. Foi pesquisador independente, durante muitos anos, e também atuou como professor universitário na University College em Exeter, Universidade de Liverpool, Universidade de Edinburgh e Universidade de Harvard. Sua erudição e maestria intelectual o conduziram à Academia Britânica, sendo eleito em 1943. Faleceu em 25 de maio de 1970 e deixou um legado de 24 livros publicados em inglês, alguns em tradução para outros idiomas, como a presente obra, traduzida por Márcia Xavier de Brito em 2014.

A obra em apreço, assim como o livro *A Formação da Cristandade* são compilações das aulas proferidas pelo autor entre 1958 e 1962, período em que lecionava em Harvard. A obra apresenta um panorama histórico, no qual a divisão da cristandade é refletida sob o prisma cultural. A habilidade do autor em perpassar os eventos históricos sem perder uma linha mestra que remeta à ruptura da Igreja, os aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos é realizada de maneira eloquente.

Resenha recebida em 10 de agosto de 2016 e aprovada em 06 de outubro de 2016.

* Mestranda em Ciências da Religião no PPGR da PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: adv.claudia@yahoo.com.br

Na abordagem interdisciplinar, o autor transita entre história, antropologia, filosofia e sociologia, construindo uma reflexão que tem como foco central a dinâmica da história. Nesse sentido, a obra analisa a ruptura da Cristandade de forma a não se encerrar no século XVI; ao contrário, o autor persegue suas consequências dois séculos para além da reforma.

Inicialmente, o autor se ocupa das consequências culturais da quebra da unidade cristã; e sentencia (p. 43): “De todas as divisões entre cristãos, a existente entre católicos e protestantes é a mais profunda e preme de consequências históricas.” Nesse sentido, destaca que as mudanças decorrentes da divisão não se originaram apenas das igrejas e dos teólogos, mas de estadistas e soldados. Nesse aspecto, embora seja um evento dito religioso, considera que fatores políticos e econômicos influenciaram densamente o movimento reformista. Como consequência, aponta a secularização da cultura, embora reconheça outros fatores presentes; e, nesse aspecto, denuncia os cristãos como diretamente responsáveis, pois a religião se retira da cena central da história mundial para a vida privada, colocando-se à mercê dos representantes das forças políticas e econômicas.

No segundo capítulo, o autor apresenta o declínio da unidade da cristandade medieval, aduzindo informações que demonstram que a perda da unidade da cristandade no período medieval foi um processo gradativo e se estendeu por cerca de dois séculos e meio de história europeia (1275-1525); este processo, o autor o denominou como “decadência progressiva” (p.59). Alvítra que, no final do século XIII, a unidade cristã estava começando a enfraquecer; e eventos épicos como a queda de Acre, último remanescente do território cristão na Palestina (1291), a destruição, na França, da grande Ordem dos Templários por Filipe IV, o Belo (1268-1314), carimbam a decadência daquele espírito cruzado.

Nesse cenário, o “Conciliarismo” organizado pelos dois Concílios Nacionais, significou o empenho final na tentativa de firmar a unidade medieval, diante das tendências emergidas pelo Grande Cisma e pelas “heresias” dos wycliffitas e

hussitas. Aponta o Concílio Ecumênico de 1409 em Pisa, como extraordinariamente representativo, dado o intuito de consenso entre cardeais de dois grupos distintos.

O autor apresenta um painel dos fatores que levaram a “uma das maiores rupturas da história ocidental”, cujas consequências ainda hoje vemos entre nós. O enfraquecimento da unidade medieval, a Renascença, as Reformas, as culturas da cristandade dividida, o Iluminismo e os antecedentes da Revolução Francesa são alguns dos temas apresentados de forma didática e acessível.

A Renascença é versada no capítulo terceiro, como sendo um marco temporal de relevância, em especial na cultura ocidental, compreendida pelo autor como “uma nova cultura e um novo modo de vida” (p. 80). A vida medieval de lutas e peregrinação foi substituída pelas belas-artes, pelo saber. Referencia Leonardo da Vinci (1452-1519) como o máximo “dos homens universais”.

Observa com clareza que foi na educação que essa cultura renascentista encontrou difusão; e a educação liberal não negligenciou, tampouco rejeitou a supremacia da ética e da teologia cristã. Nesse aspecto, destaca Erasmo de Roterdã (1466-1536) como o maior humanista que a Europa Setentrional gerou. Sobre a influência de Erasmo, cita as correntes protestantes apartadas da ortodoxia dogmática, como anabatistas e socinianos. Encerra o capítulo atribuindo a Martinho Lutero e à revolução religiosa certa responsabilidade pelo atraso no avanço da Renascença.

A abordagem do autor, no capítulo quarto, demonstra reservas à Reforma. Inicia o capítulo conceituando Reforma da seguinte maneira (p. 107):

Reforma é o nome que damos à grande revolução religiosa do século XVI que destruiu a unidade da cristandade medieval, criou uma nova Europa de Estados soberanos e Igrejas separadas, e perdurou, com pequenas mudanças até a Revolução Francesa.

Notadamente, a conceituação conota que o movimento de reforma representou, conforme a visão do autor, uma ruptura, que resultou em alterações relevantes para a Europa, em aspectos políticos, econômicos e religiosos. Acrescenta que o sistema da Igreja medieval ruiu e não houve “corajosos para implementar as drásticas reformas necessárias”, embora tenha havido concordância acerca dos males da Igreja, os quais pontua (p. 104): “1) o acúmulo de benefícios eclesiásticos; 2) dependência de nomeações e privilégios espirituais sobre a moeda; 3) negligência da regra canônica; 4) baixo nível de instrução do clero e ignorância do laicato.” Assevera ainda que durante o século XV, o papado se tornou muito secularizado.

Ampliando o rol das insatisfações, o autor lembra o anseio dos príncipes em resolver problemas econômicos e políticos às custas da Igreja. Deste modo, conclui que (p. 111): “não era uma reforma da Igreja, mas uma reforma do estado medieval à custa da Igreja”.

O autor classifica Lutero como “gênio, de eloquência vernácula do demagogo, com a convicção religiosa do profeta” (p. 114), que avigorava a certeza da fé individual, o direito de cada homem interpretar a Escrituras e a redenção em Cristo, sem considerar as boas obras, que para o autor repousa no subjetivismo. Nesse aspecto, sentencia que Lutero se convenceu da inutilidade das práticas piedosas.

Destaca que nesse cenário, pela primeira vez na história, o poder da imprensa se manifestou, em especial com Johannes Frobenius (1460-1527). Nesse aspecto, a imprensa é um evento histórico proeminente e um legado positivo da reforma. Aliás, a imprensa é considerada uma relevante revolução tecnológica, que atravessou os séculos e permanece no mundo moderno.

Conclui o autor, após analisar a perspectiva humanista de Erasmo e o proposto por Lutero e posteriormente por João Calvino, e considerando ainda as observações de modernos tradutores ingleses do grande tratado de Lutero (p. 124),

que o protestantismo moderno é erasmiano e não luterano; traça, para corroborar, a tradição erasmiana de Jacobus Arminius (1560-1609) e de John Wesley.

No capítulo quinto, o autor versa sobre a revolução dos príncipes e em especial Philipp I von Hessen (1504-1567), que arquitetou a Liga do Schmalkalden, tornando os protestantes, um movimento também político. A revolução dos príncipes determinou a configuração histórica da Igreja Luterana, em especial no Norte da Alemanha e Escandinávia. Na reforma das cidades, Ulrico Zwinglio (1484-1531), a quem define como humanista e patriota suíço, ansiava que as cidades protestantes assumissem a liderança da Confederação Suíça e da Alemanha. A resposta católica foi a “Liga cívica cristã”. Aduz que a primeira guerra de religião foi em 1529 e terminou serenamente sem sangue. Mas, em 1531 rompeu a segunda guerra religiosa e Zwinglio morreu na batalha em Kappel.

Assevera o autor que a paz de Augsburgo oferecia um estado em que o evangelho poderia ser pregado. Os príncipes oportunistas gozavam o melhor proveito da situação. A liderança da revolução religiosa saiu da Alemanha para outras localidades.

No panorama do capítulo sexto está a Reforma da Inglaterra que, diferentemente, se manteve aberta aos homens simples, que poderiam galgar altos cargos eclesiásticos, surgindo universidades para educar o clero e o laicato da Igreja nas gerações futuras. Tanto a forma anglicana como a puritana ganharam vitalidade intelectual e espiritual.

Uma perspectiva mais positiva é apresentada pelo autor acerca da Reforma na Inglaterra; assinala que para alguns historiadores, foi um dos eventos mais importantes da cristandade desde o Grande Cisma do Oriente, produzindo uma nova forma cultural e um novo tipo de cristianismo, difundido por todo o mundo, em especial na América do Norte, sendo uma das grande forças que moldaram o mundo moderno.

Destaca, no capítulo sétimo, que a Reforma Suíça desenvolveu papel importante na Reforma em sentido *latu*. João Calvino era francês, advogado e teólogo; entre 1523 e 1532 tornou-se protestante, sendo adjetivado pelo Autor como “o maior gênio organizador da Reforma”. Em 1536 funda em Genebra o modelo de sociedade cristã; e, conforme o autor, mesmo exilado na Suíça, Calvino proporcionou coesão ao protestantismo francês. Traçando um paralelo entre Lutero e Calvino, pontua que, em termos doutrinários, se assemelham nos seguintes aspectos: baseiam-se no dogma central da justificação pela fé, na doutrina da predestinação, na necessidade do crente perceber sua justificação; afirmam a Bíblia como a regra de fé e, por fim, ambos denunciam o papado como anticristo. Naquele contexto, Calvino é um nome de grande relevância.

No capítulo oitavo, o Autor apresenta o entendimento histórico clássico de que a “Contrarreforma” foi uma reação liderada pelos jesuítas. Porém, aduz em contraponto, que há historiadores “recentes” como Pierre Janelle e Léon Christiani (1879-1971), que arazoam que o renascimento católico começou antes da reforma protestante; logo, a contrarreforma não seria uma reação, mas algo independente que seguiu caminho próprio.

Como grande fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, ex-soldado de Navarra, se oferece para servir a Igreja e ao papado e em 1540 surge a Companhia de Jesus. Inácio foi autor de única obra – os *Exercícios Espirituais* –, cujo propósito diz respeito à escolha de modo de vida. Esta era em síntese o princípio missionário dos jesuítas; e arremata o autor que foi o instrumento mais eficaz de reforma da Igreja Católica.

O Concílio de Trento é tido como atrasado em vinte anos; isso fica evidente quando consideramos que a guerra entre imperadores e protestantes, iniciou enquanto o Concílio estava em sessão. Em termos doutrinários, as decisões do Concílio foram bem recepcionadas. Obviamente não haveria aceitação dos protestantes, como provavelmente não haveria nos dias atuais. Em termos estruturais, destaca-se a renovação dos estudos superiores em Filosofia, Teologia e

História, além de reflorescimento místico com Teresa D'Ávila (1515-1582), São João da Cruz (1542-1591) e a reforma carmelita.

Nomeia o autor, no capítulo nono, a Nova Inglaterra como a colônia inglesa mais educada e teologicamente articulada. Devido ao “púlpito puritano”, pelo qual foram doutrinados, se consideravam um povo imbuído da missão de “mandato no ermo”.

No capítulo décimo, o Autor apresenta uma análise sobre a ruptura do século XVI e o processo de desintegração e sintetiza que a divisão da cristandade estava intimamente ligada ao crescimento do Estado soberano moderno; e, por isso, estava repleto de aspectos políticos e culturais distintos, a depender do país em que se operava. Fatidicamente, esse movimento cultural religioso se expandiu em direção aos aspectos formadores dos Estados e se apresentou de formas diversas dentro da Europa. Aponta criticamente (p. 216) que a “Reforma Protestante produziu uma invasão de três formas distintas e mutuamente hostis de protestantismo – luteranismo, calvinistas e unitaristas.”

Nesse aspecto, o autor apresenta uma percepção negativista do protestantismo, como invasivo e hostil, devido a divergências dentro do próprio movimento. Encerrando, o autor apresenta relevantes fatos históricos de diversos países e as características envolvidas, ocorridos no bojo do movimento da Reforma.

Refletindo sobre o fim da Reforma Protestante, no capítulo décimo primeiro, o autor indica seu marco final na Alemanha como sendo a Paz de Augsburg em 1535; na Inglaterra, o acordo “Elizabetano” em 1559; na França, o Édito de Nantes em 1598; e nos países baixos, as decisões vitais ao longo de quarenta e dois anos de luta com a Espanha entre 1567 a 1609. Considerando um panorama geral da Europa Católica, há que se ressaltar o Concílio de Trento, marco do renascimento católico, que estabeleceu ideais espirituais, normas teológicas e inspirou “novas formas de cultura pós-humanista” ditas barrocas. Finaliza comentando o misticismo barroco que se manifestou na Europa Católica em parte do século XVII

e significou, conforme o autor, a aliança entre tradição humanista da Renascença e do catolicismo medieval, “revivido ou restaurado” pela Contrarreforma.

No capítulo décimo segundo, pondera o autor (p. 239): “A secularização da cultura ocidental era tácita na Renascença, foi postergada pela Reforma Protestante e pela restauração da cultura católica no período barroco e esteve manifesta no final do século XVII.” Nessa perspectiva, conclui que a secularização da cultura ocidental foi comum a ambas as cristandades, sendo que na esfera católica houve uma restauração via barroco. Ao longo desse recorte histórico estão também embutidos o desenvolvimento da ciência moderna, novas formas de governo, novos modelos sociais e políticos, alguns permeando esta que podemos denominar “modernidade tardia”.

Afirma o Autor no capítulo décimo terceiro que, na segunda metade do século XVII, a Europa precisava se reestabelecer e se organizar. Naquele contexto, desempenhou papel importante o Rei Luís XIV, cujo reinado situou a cultura francesa no cenário internacional como retrato de sofisticação, pompa e modelo de monarquia. Contudo, assevera que a ortodoxia do final de reinado não viabilizou o grande renascimento da cultura católica, pois formas de oposição à Igreja permaneceram fortes. Assim, após a morte do Rei, foi do “laxismo moral e da reação intelectual” que o iluminismo brotou.

Dedica-se no capítulo décimo quarto ao movimento metodista, cujo fundador John Wesley era um episcopaliano; em uma viagem aos Estados Unidos Wesley retornou protestante e crendo que a essência do cristianismo era a experiência de conversão e a convicção imediata e pessoal da fé salvífica. Em 1739 inicia a prática de pregar em campo. Pregou durante mais de 50 anos diariamente (amíude, várias vezes ao dia). Fato classificado pelo autor como “respeitável, que demonstra um comprometimento e engajamento espiritual louvável e admirável, algo só comparável às ordens religiosas mais centralizadas como a dos jesuítas”. Ressalta, porém, que a autoridade de Wesley era mais universal e pessoal, quando

comparada a outros líderes religiosos. Conforme o autor, para Wesley o metodismo era um retorno ao cristianismo primitivo ou uma nova Reforma pelo avivamento do espírito cristão de comunidade na vida moral e na ação social. O engajamento do metodismo com as questões relevantes da sociedade foi um traço importante.

O autor encerra o capítulo classificando como “façanha excepcional” o fato de Wesley nunca pregar uma nova doutrina ou formar uma nova Igreja; afinal, esteve entre morávios, calvinistas, anglicanos latitudinários, mas manteve seu próprio caminho em vigor e resolução.

Explana, no capítulo décimo quinto, que a secularização da cultura moderna é iniciada no século XVIII, por meio de uma nova cultura científica e tecnológica, comum à Europa católica e protestante. Aponta como causa imediata da secularização da cultura europeia a frustração e o desânimo de um século de guerras religiosas. Explica que após a Paz de Westfália, em 1648, a coexistência entre católicos e protestantes foi reconhecida e a nova classe média não era hostil à religião, logo, contribuíram para a secularização cultural.

Em outra esfera, a Inglaterra, com seu protestantismo em “reavivamento”, provocado por John Wesley, foi considerada, em especial pela França, como “modelo político para a nova era” (p.285). Afinal, Voltaire e Montesquieu (1689-1755) viam aquela Inglaterra como personificação dos ideais liberais: liberdade política, tolerância religiosa, livre comércio e independência pessoal, obtidos desde a Revolução Inglesa.

O autor aborda no capítulo décimo sexto o Iluminismo, que na França alcançou sua expressão máxima, difundindo-se para o restante da Europa, embora reconheça também a contribuição da Inglaterra. Relembra o prestígio alcançado pela cultura francesa no reinado de Luís XIV. O gênio René Descartes é lembrado pelo autor como figura que personificou o movimento, buscando reorganizar o mundo, tendo como base os princípios matemáticos. Outros nomes importantes como os de Jean-Jacques Rousseau e Locke são comentados.

Rematando o “fio de Ariadne” histórico e cultural da divisão da cristandade, conclui o autor que ao longo de três séculos o abismo entre o mundo católico e protestante cresceu e foi esse cisma cultural e político, bem como religioso e eclesiástico, que, em última análise, foi o responsável pela secularização da cultura ocidental.

Além disso, outros legados são comentados ao longo da obra, como a estruturação da Inglaterra, o reflexo na formação da cultura norte-americana, o surgimento de líderes espirituais magnos como John Wesley, o fomento da reforma da Igreja Católica, que parecia “congelada” e desse movimento, o surgimento de místicos como Inácio de Loyola, Santa Teresa D’ Ávila, dentre outros, que emergiram num contexto pós-ruptura e brindaram a humanidade com uma espiritualidade que “arejou o cristianismo”. Esses legados se configuram nos aspectos cultural e histórico.

A obra é rica e vasta em conhecimento, informações e proposições, que evidenciam a grande interdisciplinaridade e saber de Dawson, como historiador e douto erudito.

Nessa perspectiva, a compreensão da divisão da cristandade e a reflexão sobre as mudanças sociais, políticas e culturais decorrentes, são de grande relevância para o estudo das Ciências da Religião, que a partir de uma abordagem interdisciplinar, se dedica ao fenômeno religioso na articulação entre religião e cultura.